

RESUMOS

O PAPEL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SANTA LUZIA DO ITANHY/SE : ECONOMIA SOLIDÁRIA, SUSTENTABILIDADE E A RELAÇÃO COM O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL SUL/SERGIPANO

Acsa Rebeca Gomes de Oliveira; Thamires de Melo Menezes Santos; Lillian Maria de Mesquita Alexandre

Santa Luzia foi umas das povoações mais antigas de Sergipe, podendo até se colocar em local de destaque porque, foi terra de tentativa de colonização pelos portugueses no final do século XVI, e catequizado por jesuítas. O município se encontra no litoral Sul Sergipano e é composto por comunidades tradicionais, que são grupos culturalmente diferenciados que ocupam territórios e recursos naturais desenvolvendo conhecimento, transmitindo de geração a geração.

Assim, o Turismo de Base Comunitária (TBC) vem sendo aplicado em comunidade de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma maneira de potencializar as atividades desenvolvidas pelos próprios moradores dando a possibilidade de um a renda extra ou até mesmo a única fonte de renda.

O estudo buscará se basear na reflexão da Economia Solidária que está inserida no modelo de produção cooperativista, investindo em inúmeras iniciativas de organização dos trabalhadores que são os responsáveis pela criação da economia, assegurando a distribuição igualitária dos resultados econômicos, da posse coletiva dos meios de produção, sendo assim, os princípios organizativos da economia solidária. Nas últimas décadas, a economia solidária surge como alternativa de geração de trabalho e renda, para trabalhadores e trabalhadoras expostos ao desemprego, ou ao trabalho informal precarizado, ou seja, aqueles que foram excluídos do mercado capitalista. Entendendo a importância da Economia Solidária para uma comunidade como Santa Luzia do Itanhy, que contém comunidades tradicionais distintas obtendo pouca renda, ou nenhum retorno financeiro. A relação da economia solidária junto com o Turismo de Base Comunitária tem por objetivo promover e reinventar novos produtos e serviços para o mercado turístico, que com a contribuição da economia criativa, agrega-se valores as atividades, turísticas, tornando-se assim um campo fértil para a economia solidária, atraindo turistas de todo local, e favorecendo á comunidade um retorno econômico, cultural, histórico e artístico.

Para isso, os estudos em grupo, sobre essa nova abordagem da Economia solidária, incluindo a sustentabilidade como uma forma de relação do turismo com o meio ambiente e a comunidade, através do TBC , elaborando pensamentos e reflexões de como a economia criativa tem a contribuir também na produção de inovações no mercado econômico, dando a possibilidade de retorno a essas comunidades tradicionais existentes na comunidade e fonte de renda para as mesmas, valorizando sempre o potencial existente no litoral Sul Sergipano de grandes potencias turísticos tanto naturais como culturais. Espera-se contribuir para a organização da comunidade tradicional local, com o intuito de despertar a importância desta organização para que o TBC possa ocorrer como viés para o fomento do turismo sustentável.

Palavras-chave: Santa Luzia do Itanhy. Economia Solidária. TBC.

Referências:

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber e BURSZTYN, Ivan. Org. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. BRASIL, 2009.

SILVA, Francisca de Paula.(org.).**Turismo de Base comunitária e cooperativismo**: Articulando pesquisa e ensino no cabula e entorno. Salvador: Eduneb, 2013.

O PAPEL DA PASTORAL DA CRIANÇA COMO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CIDADE DE MONTES CLAROS

Aline de Jesus Cardoso Oliveira¹

1 Introdução A instituição não governamental, neste caso a Pastoral da Criança, atua na cidade de Montes Claros, sendo que o seu papel é desempenhado por agentes comunitários que acompanham as famílias, crianças e gestantes, no objetivo de promover orientações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania. Essa pesquisa teve como objetivo responder à problemática existente de como as instituições públicas, privadas, do terceiro setor contribuem para o desenvolvimento de dado território e de que modo uma instituição da sociedade civil, sem fins lucrativos, com base na Filantropia e no trabalho voluntário, pode contribuir com o desenvolvimento do município de Montes Claros. Os procedimentos metodológicos do trabalho compreendem o referencial teórico, em que se explicitam conceitos e autores chaves do trabalho e toda a delimitação do objeto, os principais aspectos a serem analisados, as variáveis e os procedimentos de coleta de dados e as fontes dos dados.

2 Fundamentação Teórica Neste referencial teórico, aborda-se a economia solidária baseada no autor Laville (1999), que diz que para promover a democratização econômica é preciso que os cidadãos participem das atividades realizadas na comunidade.

Na concepção de Gaiger (2004) tem-se a importância da eficiência do sistema por meio da economia solidária, que o trabalho realizado pelos trabalhadores nas cooperativas fortalece a união do grupo e proporciona a capacidade de resolver os problemas vivenciados ao seu redor.

A eficiência sistêmica compreende a capacidade de promover a qualidade de vida das pessoas e proporcionar bem estar duráveis na sociedade. Abrange os benefícios sociais, não meramente monetários ou econômicos, tanto para os membros quanto para o entorno das organizações em questão e a criação de externalidades positivas sobre o ambiente natural. As ligações principais dos empreendimentos são os fatores cujo efeito positivo decorre do caráter social cooperativo deles incorporados. Denominando assim uma comunidade de trabalho, que passa a determinar a racionalidade econômica (GAIGER, 2004). Com a sistematização, exploram-se as potencialidades propiciadas pela união dos trabalhadores, que ao unir os trabalhadores fortalecem seu poder de ação e elevam suas chances de resolverem problemas e realizarem projetos.

Partindo da ótica de Laville (1999), que define economia solidária como sendo atividades que tem por objetivo a democratização da economia atingida apenas por meio do engajamento dos cidadãos, ganhando assim destaque na esfera pública, iniciadas na sociedade, articula o sócio cultural por meio das práticas econômicas.

Os critérios da Economia Solidária demonstram sua intensa ligação com o significado de cidadania. Laville (2004) enumera tais critérios como sendo a pluralidade de princípios econômicos, a autonomia institucional, a democracia de processos decisórios, a sociabilidade comunitária pública e multidimensional.

3 Discussão e resultados alcançados - Segundo os dados coletados no site da Pastoral da Criança do setor de Montes Claros, elaborou-se a tabela 1. Essa, mostra em números sua evolução e crescimento no decorrer dos anos na cidade de Montes Claros a partir de 1988 até os acompanhamentos realizados no 3º trimestre de 2013. Nesse ano, O número médio de acompanhamentos por mês das 336 comunidades com a realização dos 1093 Agentes comunitários foi de 11.353 famílias, 13.587 crianças e 740 gestantes. Também pode ser visto o acompanhamento da pastoral a partir de 1988. Os dados são crescentes, mas somente até 2007. A partir daí, começam a decrescer, isso pelo fato das crianças atendidas completarem o tempo de permanência, ou seja, atingir a idade de seis anos, ao passo que também pode ter a contribuição dessa diminuição com a saída de crianças da Pastoral da Criança, mudança de cidade. No início, era uma média de quatro Agentes por comunidade e cerca de dez famílias por agentes. Atualmente cerca de três Agentes por comunidade, cerca de dez famílias por Agente, sendo que a proporção atual é parecida com o início da implantação da Pastoral da Criança.

Tabela 1: Atuação da Pastoral da Criança em Montes Claros – MG de 1988 a 2013.

Ano	Quantidade de Comunidades atendidas	Quantidade de Agentes da Pastoral da Criança	Quantidade de Famílias Atendidas	Quantidade de Crianças Atendidas	Quantidade de Gestantes Atendidas
1988	83	395	4.131	6.281	325
1989	97	456	3.449	5.684	265
1990	108	444	2.756	4.345	232
1991	137	537	3.906	6.357	350
1992	158	645	4.232	6.552	290
1993	186	710	4.883	7.739	338
1994	212	843	6.093	9.427	410
1995	226	882	6.081	9.350	407
1996	274	1.139	7.427	11.131	417
1997	297	1.321	8.664	12.491	577
1998	330	1.413	10.255	14.712	643
1999	363	1.574	10.938	16.184	783
2000	348	1.630	11.103	15.930	686
2001	388	1.789	12.823	18.579	789
2002	361	1.630	13.026	18.865	723
2003	372	1.619	14.395	20.224	851
2004	397	1.689	15.607	22.477	885
2005	428	1.764	18.471	24.141	1.117
2006	492	1.998	20.789	26.771	1.147
2007	517	2.084	21.561	27.431	1.202
2008	452	1.751	17.395	21.713	961
2009	412	1.547	15.149	19.223	923
2010	396	1.504	15.030	18.510	850
2011	396	1.428	14.290	17.459	857
2012	357	1.272	12.312	14.730	807
2013	336	1.093	11.353	13.587	740

Fonte: Sistema de Informação da Pastoral da Criança. Relatório Extrato de Indicadores, abrangência por níveis setor, trimestre. Folha de Acompanhamento – Disponível em – <http://www.pastoraldacrianca.org.br>

De acordo com os dados disponíveis no site da Pastoral da Criança, a atuação em Montes Claros é relevante, pois apresenta crescimento no número de crianças atendidas pela instituição não governamental que visa promover a saúde da criança e salvar vidas.

4 CONCLUSÕES - A Instituição atinge os objetivos promovidos não só com o trabalho de salvar vidas, mas também leva às famílias o espírito de cidadania, solidariedade e amor. Essa é a diferença da Pastoral da Criança na realização do trabalho na sociedade brasileira, mas todos esses resultados auferidos pela Instituição não eximem o poder público da responsabilidade de assumir o seu papel como autoridade na resolução de medidas de melhorias para essa população assistida pela Pastoral da Criança, sendo que os problemas, a pobreza, as desigualdades são fatores que levam ao déficit alimentar.

Palavras-chave: Instituição, Pastoral da Criança e Montes Claros.

REFERÊNCIAS:

Gaiger, Luiz (org.) (2004c), **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS.

LAVILLE, J.-L. **A economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um movimento internacional, **Revista crítica de ciências sociais**, 84, março 2009: 7-47.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COMUNIDADES DE ÁGUA FRIA, CAPIM GROSSO E MONTE SANTO, BAHIA.

Dominique Santana Cerqueira; Daniele Coutinho da Silva; Isla Matos Ferreira; Pablo Rodrigo Fica Piras¹

Com uma pluviometria inferior a 300 mm/ano, o Semiárido nordestino estende-se por 982.563 km², pouco mais de um décimo da superfície do Brasil. A agricultura familiar que se desenvolve a partir do cotidiano da caatinga subsiste em base à agregação de valor aos produtos locais, etapa esta na qual há a necessidade crescente de incorporação de tecnologia. O presente trabalho relata a aproximação extensionista entre estudantes de Engenharia de Alimentos e comunidades organizadas de municípios do interior baiano, com um assentamento do MST Água Fria, com uma cooperativa em Capim Grosso, e com uma Escola Família Agrícola em Monte Santo, a 80, 160 e 250 km de Feira de Santana, respectivamente. No imediato, as atividades desenvolvidas visam gerar renda, a partir da agregação de valor no beneficiamento dessas matérias primas, que são parte da tradição nos três locais, o mel e o licuri. Nas intervenções, adota-se a metodologia fenomenológica (Hüsserl, 2012), contrapondo as condições materiais de produção com a legislação sanitária relacionada (ANVISA, 2002; MAPA, 2000), através de visitas periódicas, de acordo com as demandas que vão sendo repassadas e conforme o avanço da discussão de suas soluções. Nestas, a equipe universitária é a responsável pelas atividades marcadamente técnicas, próprias da profissão, que compõem um leque amplo, dentre elas: identificação de processos produtivos e possibilidades de mecanização, projetos de equipamentos, capacitação em boas práticas de fabricação e demais ajustes à legislação sanitária, elaboração de tabelas nutricionais, rotulagem e outros requerimentos formais que contribuam à venda de produtos e subprodutos, colaboração na identificação de editais de financiamento e elaboração de propostas correspondentes, revisões bibliográficas etc.. O enquadramento da produção nas regulamentações requer adaptação constante às condições materiais dos locais, paulatinamente contribuindo à solução das pendências e dificuldades. Uma frente adicional de possibilidades, recentemente implantada, consiste na incorporação dos produtos da agricultura familiar às compras institucionais da merenda escolar, espaço extra-mercadológico que se converte em uma oportunidade e um desafio, simultaneamente, visto que esse enquadramento sanitário supracitado é igualmente exigido. Neste cenário, o contato entre estudantes e comunidades coloca a elas perante a constatação da imperiosidade da adaptação da tecnologia às necessidades das comunidades, inclusive abrindo a sensibilidade quanto à necessidade de políticas públicas com estes focos. Concomitantemente, este espaço de troca de saberes contribui para a reflexão do aprendizado das participantes e permite a apropriação de formas concretas com que o conhecimento e a tecnologia servem para transformar a realidade sertaneja, no caminho da melhoria das limitações materiais e da emancipação da comunidade, como contribuição ao desenvolvimento local.

¹ Graduanda de Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Feira de Santana, minik.santana@gmail.com

Graduanda em Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Feira de Santana, danielle_coutinho@hotmail.com.

Graduanda em Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual de Feira de Santana, isla.matos@hotmail.com.

Orientador, professor do Departamento de Tecnologia. Tutor do Grupo PET Engenharias. Universidade Estadual de Feira de Santana, pafipi@uefs.br

Palavras-chave: agricultura familiar, processamento, geração de renda.

REFERÊNCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasil. (2002). Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.** Disponível em

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/dcf7a900474576fa84cfd43fbc4c6735/RDC+N%C2%BA+275,+DE+21+DE+OUTUBRO+DE+2002.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em 16.10.2014.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Brasil. (2014). Apresentação do PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso em 16.10.2014.

Hüusserl, E.. (2012). **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 4ª ed., EdiPUCRS, Porto Alegre, 97 p..

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasil. (2000). Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000. **Regulamento Técnico de identidade e qualidade do mel**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 out. 2000.

Singer, P.. (2000). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, Paul e Souza, André Ricardo de (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, p. 11-28.

Wiese, H.. (1995) **Novo manual de apicultura**. Livraria e editora Agropecuária Ltda., Guaíba – SC, 292p..

A CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDARIOS NA GERAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO E RENDA DO RECÔNCAVO BAIANO

Irlan Freitas dos Santos²; Eliene Gomes dos Anjos³

O presente estudo quantitativo analisa em que medida os empreendimentos econômicos solidários (EES) contribuem na geração de trabalho e renda no Recôncavo baiano. Para tanto, será manuseado os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), com variáveis oriundas do Segundo Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado pela Senaes, entre 2010 e 2013 que registrou 48 EES nesse território. Sendo que 68,8% deles estavam em funcionamento e 25% em implantação. Desse universo, 72,9% estão na área rural e predomina a associação como forma de organização com 58,3%, seguida de grupo informal com 29,2%. Com esse cenário, busca-se relacionar à economia solidária com o desenvolvimento local para dimensionar as condições de trabalho e o desempenho econômico dos EES. Sabe-se que os segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, utilizam-se da associação e da cooperação para enfrentar as adversidades enfrentadas, principalmente no mundo rural (ANJOS, 2013; ABROMOVAY, 2003). Ainda assim, percebe-se que os EES estão sendo um complemento de renda para parte significativa deles, pois na sua maioria os EES não conseguem manter uma renda fixa capaz de manter e suprir as necessidade de seus cooperados, associados e trabalhadores, porém enfrentam sérias dificuldades para se consolidar como organizações econômicas eficientes que assegurem os direitos laborais para aqueles que neles dispõem sua força de trabalho.

Palavras-Chave: Empreendimentos Econômicos Solidários. Trabalho. Desenvolvimento Local.

REFERÊNCIAS:

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: **O futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003, p. 83-100.
- ANJOS, Eliene. As cooperativas de trabalho da economia solidária no contexto brasileiro: dilemas e possibilidades. In: **Bahia Análise & Dados**. Cooperativismo. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, vol. 3, n.1, jan.-mar. 2013.
- BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Economia sustentável**. Salvador: SETRE, 2011.
- CATTANI, A. D.; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz I.; et al (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.
- MELLO, C.; STREIT, J.; ROVAI, R. **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local**: a contribuição da Fundação Banco do Brasil - São Paulo: Publisher Brasil, 2006.
- SIES. 2013. **Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária** – Ministério do Trabalho e Emprego. Base de Dados Senaes/TEM, Brasília.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**- 1ª ed.- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

2 Graduando de Gestão de Cooperativas da UFRB

3 Doutora em Ciências Sociais, orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. 2001. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão, PD&A, Rio de Janeiro

O ARTESANATO COMO ALTERNATIVO DE TRABALHO E RENDA NA ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE SANTO ESTEVÃO – AASE

Margarete Silva dos Santos⁴; Daíse de Jesus Ferreira⁵

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o trabalho que tem se desenvolvido no município de Santo Estevão-Ba por meio do grupo de artesãos (Associação dos Artesãos de Santo Estevão-Ba), que encontraram no artesanato uma alternativa de desenvolvimento econômico, baseado nos princípios da economia solidária. O procedimento aplicado neste estudo passou por uma revisão, bibliográfica, leitura de artigos referente ao tema de economia solidária e sistema de associação, em outro momento realizou-se visita à feira de exposição artesanal, realizada pela associação de artesanato no Centro Cultural do município, e por fim, conversas diretas com a diretora da associação, juntamente com seus membros, para entendermos a importância da AASE no desenvolvimento e na valorização do trabalho artesão. A economia solidária tem sido vista como uma nova forma de organização do trabalho dentro do modo de produção capitalista. Uma alternativa às crises em que muitos países e seus trabalhadores enfrentam, estas, intrínsecas ao sistema econômico. Dentre os principais autores, destacam-se Singer (2004; 2006; 2008;) cujos trabalhos abordam diretamente a economia solidária; Gaiger (2003), que aborda a economia solidária frente ao sistema econômico capitalista; Corrêa (1997) e Walk (2013), que abordam a questão das redes e das interações socioespaciais, além de diversos outros arcabouços teóricos obtidos no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O estudo sobre a economia solidária e em especial sobre Associação dos artesãos de Santo Estevão – AASE que consiste em o nosso estudo de caso, nos permitiu ter um maior entendimento sobre as estruturas e formas de organização das associações bem como o seu papel enquanto economia solidária. Desta forma, partimos das interações socioespaciais para entender o papel dos sujeitos dentro deste espaço, bem como as suas articulações internas e externas.

REFERÊNCIAS

4 Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA

5 Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA

CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Anais: **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em:

<<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=967&article=171&mode=pdf>> Acesso em: 18/09/2014

SINGER, Paul. **Economia Solidária**, In: CATTANI, Antonio David. (org.). A outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

WALK, Elmarilene. **As redes de economia solidária**: Uma análise sobre a UNICENTRO e a associação CORAJEM de Irati, e sua atuação na região centro-sul do Paraná. Dissertação. Mestrado. Área de Gestão do território. Universidade Est

Ministério do Trabalho em Emprego (TEM): <http://portal.mte.gov.br/portal-mteadual> do Paraná- Ponta Grossa. 2013

JUVENTUDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO DOS JOVENS NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL

Nayanna Reis; Maurício Oliveira⁶

O estudo e a prática da inserção da juventude na economia solidária e em seus empreendimentos são ferramentas importantes para continuidade e avanço da mesma, tendo como base princípios da economia solidária como valorização da diversidade e da aprendizagem, a inserção da juventude em iniciativas da economia popular solidária pode ser vista como uma peça chave para o seu fortalecimento. Nesse sentido esse estudo busca demonstrar a importância dos jovens para a economia solidária e esta como uma alternativa para juventude, utilizando dados da SIES para analisar a presença da juventude nos empreendimentos de economia solidária do Brasil. A juventude precisa de emprego e renda, os dados do IBGE mostram que no país a média do desemprego é historicamente maior entre os jovens, os EEPS precisam de continuidade, renovação e formação, nesse processo temos uma complementação, onde a inserção dos jovens agrega mais força e valor aos empreendimentos garantindo seu progresso, e os jovens encontram uma forma alternativa de trabalhar e desenvolver suas capacidades dentro de uma perspectiva diferente da encontrada nos pressupostos da economia tradicional. A economia solidária caracteriza-se com um modo de produção e distribuição alternativo, onde prevalece a ideia de unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição com a socialização destes meios e dada a grande diversidade de organizações no ambiente da economia solidária é factível sua inserção nos mais diversos campos da atividade econômica (SINGER, 2000). Em uma sociedade marcada por uma forte desigualdade social, onde o jovem, especialmente das classes mais baixas,

⁶ Bacharel em Administração pela UNEB; reisnayanna@gmail.com; Estudante de Graduação em Economia pela UEFS; oliveira.souza.mauricio@gmail.com

encontra poucas alternativas e oportunidades de emprego e renda a economia solidária aparece como uma forma alternativa e eficiente de mudanças. Observando dados do mapeamento nacional e da pesquisa amostral do SIES 2013, com foco na faixa etária dos sócios das EES, é possível ter uma ideia sobre a inserção dos jovens nas EES. No mapeamento, que em 87,5% dos EES foi declarado que a maioria dos associados são pessoas adultas, em 4% das EES predominam idosos, em 4,4% é maior a presença de jovens e 4,2% responderam que não há predominância. Os dados da pesquisa amostral não são muito diferentes, se consideradas adultas as pessoas entre 30 e 60 anos temos um total 70,8% de adultos, jovens entre 21 a 30 anos são 11,3%, somando temos um total de 82,1%. Sócios com idade abaixo de 20 anos são 2,0%, mesmo somados com os 11,3% de jovens com 21 a 30 anos, temos 13,3%, número menor até que sócios com idade acima de 60 anos, estes 14,9%. Deixadas de lado as diferenças quantitativas apresentadas entre as duas pesquisas, os dados apresentados mostram que ainda é muito pequena a proporção de jovens inseridos nos empreendimentos de economia solidária, por isso iniciativas como o Estatuto da Juventude, Os Encontros da Juventude entre outras atividades que visam promover a economia solidária como um caminho alternativo e próspero para a juventude, vêm se mostrando de fundamental importância para o fortalecimento da presença dos jovens na economia solidária.

Palavras-chave: Juventude, Economia Solidária, Desigualdade

REFERÊNCIAS:

Economia Popular Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais. GRAIGER, Luiz Inácio G. & Grupo Ecosol. São Leopoldo: Oikos, 2014

Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo, Contexto, 2000c.

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) – **Situação da População Mundial, 2015** . Disponível na internet em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2015.pdf>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **PME – Pesquisa Mensal de Emprego, 2014** . Disponível na internet em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=38

MTE/SENAES – **Base de dados atualizada do Sistema de Informações de Economia Solidária** (SIES 2013). Disponível na internet em: <http://sies.ecosol.org.br/resultado>

DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA NA RMS: UM ESTUDO SOBRE A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO MECANISMO DE ERRADICAÇÃO.

Renaildes Cintra⁷, Rebeca Santana⁸; Jossel Santos⁹

⁷ Estudante de graduação em Ciências Econômicas UEFS/ bolsista de iniciação científica (Fapesb). renacindra@hotmail.com

Nos últimos anos, é visível a crescente presença de grupos informais, associações e empresas organizadas em bases cooperativas, em regime de autogestão. Embora sua forma mais comum sejam as cooperativas (de produção, prestação de serviços, comercialização ou crédito), tais princípios têm sido observados em distintas organizações econômicas, num verdadeiro poliformismo institucional, de empreendimentos situados em diferentes setores produtivos – da produção familiar à indústria de transformação – envolvendo diversas categorias de trabalhadores. (GAIGER, 2003).

As desigualdades sociais e a pobreza constante na Região Metropolitana de Salvador são reflexos de longos períodos de políticas públicas mal estabelecidas tanto na dinâmica de produção quanto no que tange aos aspectos de sobrevivência da sua população. Alban (2005) delimita que o baixo desenvolvimento baiano teve por causa a inadequação das políticas de desenvolvimento, não só na área social, como também e sobretudo, na área econômica. Ao analisarmos o processo de industrialização na região verificamos que grandes investimentos foram feitos na tentativa de alavancar o setor e garantir uma maior complexidade a dinâmica produtiva, no entanto parte da população foi excluída do processo. De acordo com Filho e Junior (2007) a economia baiana nos últimos 60 anos conseguiu se complexificar, tanto do ponto de vista setorial, quanto espacial, avançando no sentido de diminuir a concentração na Região Metropolitana de Salvador e a prevalência na produção de bens intermediários.

Apesar de todo esse dinamismo num recorte sobre a região nas décadas de 90 foi possível observar a existência de altas taxas de informalidade no mercado de trabalho, deflagrando sobre a população uma situação de perda de autonomia e extrema carência de renda. Esta situação paradoxal de elevado crescimento econômico e a falta de desenvolvimento abriu espaço para que novas formas de organização econômica se estabelecessem. Em que podemos verificar o aparecimento da chamada economia popular na região, que se insere numa forma de estrutura formalizada ou não, de empreendimentos geridos por familiares ou de forma individual com caráter cooperativo e solidário. Partindo desta contextualização temos que o objetivo é destacar um caminho alternativo para o desenvolvimento local, analisando a importância da economia popular e solidária como mecanismo endógeno de inclusão do trabalhador desempregado e demarcando os efeitos deste processo como forma de redução dos níveis de desigualdades e pobreza.

A metodologia adotada segue o modelo de recolhimento de dados quantitativos e qualitativos sobre o tema. Sendo que, estamos utilizando fontes e referências bibliográficas que se aprofundam no estudo histórico sobre a economia solidária na RMS, de modo a identificar como este mecanismo promove um alargamento das oportunidades dos indivíduos no cenário produtivo da economia baiana.

Quanto aos resultados esperados da pesquisa, temos que por se tratar de uma investigação em fase inicial, não temos até o momento uma conclusão final. Apenas destacamos como perspectiva para os resultados delimitar os aspectos que comprovam os efeitos benéficos da nova forma de organização econômica na região, descrevendo uma melhor situação para o desenvolvimento social e local com a redução dos níveis de desigualdades e pobreza na RMS.

Palavras-chave: economia solidária, desigualdade, pobreza

REFERÊNCIAS

8Estudante de graduação em Ciências Econômicas UEFS/ bolsista de iniciação científica (Fapesb). rebeca.lauper@gmail.com

9 Professor de Ciências Econômicas UEFS. (josselborgessantos@gmail.com)

ALBAN, Marcus. **O novo enigma baiano, a questão urbana-regional e a alternativa de uma nova capital.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XI, 2005, Salvador, Anais. Salvador: UFBA. 2005. Disponível: <http://www.xienanpur.ufba.br/232.pdf>. Acesso em 15 de março de 2015.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

FILHO, Genauto F. De Carvalho; JUNIOR. Gildásio S. **Economia Solidária e Desenvolvimento Local:** uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia. In: Artigo, 2007. Disponível: <http://dowbor.org/ar/07genautolocal.doc>. Acesso em 05 de novembro de 2015

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista.** In: Artigo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos-MG.(UNISINOS).2003. Disponível:<http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=967&article=171&mode=pdf>. Acesso: 10 de novembro de 2015

DIAGNOSTICO DA DIVERSIDADE DOS CULTIVOS AGRÍCOLAS E PERFIL DOS AGRICULTORES DE SANTO ESTEVÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

**Valdeir Vieira dos Santos; Elias Machado da Silva; Prof. orientador Dr: Wodis Kleber
Oliveira Araujo¹⁰**

Buscou-se com esta pesquisa caracterizar o perfil dos produtores rurais e, com isso, estabelecer uma abordagem sobre desenvolvimento rural no município de Santo Estevão – Bahia, semi-árido brasileiro. Diante da importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional quanto para a sustentabilidade ambiental dos territórios rurais, foram criadas políticas públicas voltadas para o campo justamente para favorecer esse setor da economia que é responsável por grande parte da produção de alimentos que vai a mesa da população brasileira. No entanto, mesmo com a criação dessas políticas voltadas para o campo, os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR)

10 Graduando em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Valvieirasantis10@gmail.com

Graduando em Agronomia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). eliasagro3@gmail.com

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil (2015); Professor Auxiliar da Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil. Wodiskleber@bol.com.br

localidades rurais próximas ao Rio Paraguaçu: Fazenda Antas, Lagoa Grande, Fazenda Trapiá e Margens da BA – 491. Foram visitadas 20 propriedades rurais distribuídas nas quatro localidades escolhidas a fim de se obter uma amostragem o mais representativa possível. Em cada propriedade foi aplicado um questionário ao proprietário que constaram de questões diretas, algumas com opções de resposta sugeridas e outras abertas, nas quais os mesmos respondiam conforme as peculiaridades de sua propriedade, avaliando as características de cada um com o objetivo de obter maior precisão no levantamento dos dados. Com o levantamento constatamos 14 tipos de cultivos, o que mostra uma presença de diversidade de práticas agrícolas que será responsável em parte pelo abastecimento alimentar do grupo familiar e pela pequena produção destinada ao comércio local. Os perfis dos agricultores pesquisados se enquadram no modo de produção da agricultura familiar de baixa renda, onde as atividades são desenvolvidas em pequenas propriedades com o uso de mão-de-obra familiar em sua grande maioria e com baixo uso de tecnologias e assistência técnica para o cultivo e comercialização das lavouras

segundo Delgado e Leite (2015), apresentaram em sua maioria uma concepção bastante limitada de desenvolvimento rural onde a multifuncionalidade e pluriatividade estarão ausentes dos planos, bem como atividades de interesse para públicos específicos, como mulheres, jovens, assentados da reforma agrária, quilombolas, etc. Dentro desses parâmetros está o município de Santo Estevão com sua agricultura pouco expressiva e em decadência por consequência dessa percepção limitada de desenvolvimento rural que estabelece que determinadas regiões não sejam alvo das políticas públicas voltadas para o campo. A pesquisa foi desenvolvida em Santo Estevão – BA, em quatro

1

Palavras chave: Desenvolvimento rural. Diversidade agrícola. Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Documento final, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p. : il. ; 16x23cm.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. : il. ISBN 978-85-63364-06-7.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Vinícius Moisés Rodrigues Semião¹¹; Viviane Castro¹².

O estudo refere-se à Economia Solidária - ES, também apresentada com as nomenclaturas de Economia Popular e Solidária, Economia Social, Economia Popular, enquanto modo de produção direto e alternativo, como uma organização de atividades de caráter econômico, em que a produção, a comercialização, os serviços, o consumo e as finanças são organizados, planejados, geridos e realizados de forma coletiva por seus membros, segundo os princípios da solidariedade e que é um modo de produção possível para o Turismo de Base Comunitária – TBC que tem como princípios a estruturação do trabalho solidário, a autogestão, o protagonismo comunitário, a divisão justa de ganhos e a preservação ambiental, configurando-se como similares aos princípios da Economia Solidária. Este modo de produção beneficia minorias e consequentemente possui papel fundamental no desenvolvimento local. Na atividade turística permite que a cadeia

11Graduando em Turismo, Universidade Federal de Sergipe – UFS. viniciusmoises33@yahoo.com

12 Graduanda em Turismo, Universidade Federal de Sergipe – UFS. violeira@ig.com.br

produtiva do TBC se fortaleça se estruture um fluxo contínuo de circulação de bens e serviços com geração e distribuição de renda para os membros. Essa é uma nova forma de pensar a distribuição dos benefícios e oportunidades do turismo e que colabora para com a sustentabilidade da atividade, sobretudo as dimensões sociais e econômicas, uma grande estratégia de desenvolvimento local e uma justa distribuição do bem viver. O principal objetivo deste artigo é realizar uma abordagem acerca da Economia Solidária enquanto estrutura de organização econômica e estratégia para o desenvolvimento local através do TBC. A metodologia adotada no estudo propõe fazer um enfoque nos principais referenciais teóricos sobre o TBC, a Economia Solidária, o desenvolvimento local e a sustentabilidade, através de pesquisa bibliográfica, contribuindo assim para o esclarecimento sobre os conceitos, visando um maior entendimento sobre a relevância da Economia Solidária como modo de produção para o modelo de desenvolvimento do TBC, suas relações e interações. A conclusão é de que a Economia Solidária se apresenta como organização econômica inovadora, diante do modelo capitalista, e viável para o TBC, principalmente por privilegiar o protagonismo comunitário, o trabalho solidário e as decisões coletivas, uma estratégia de regeneração econômica no qual o TBC vem se apoiando e se favorecendo por apresentar elementos de empoderamento da comunidade, de inclusão social, de valorização da cultura, de preservação de saberes e fazeres, que permite que os pequenos empreendedores da cadeia produtiva do TBC possam ofertar bens e serviços, com autonomia, igualdade de oportunidade e de ganhos, portanto de fundamental valor para o desenvolvimento local de forma sustentável.

Palavras-Chave: Turismo de Base Comunitária. Economia Solidária. Desenvolvimento Local.

REFERÊNCIAS

BARRETO, P. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Papyrus, 2001.

BARTHOLO, Rodrigo S.; SANSOLO, Diego G.; BUSZRTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/livro%20TBC.pdf>>. Acesso em: 10/11/2015.

BETTI, Patrícia. **Turismo Comunitário na Economia Solidária**. VI Encontro Nacional da Anppas. Belém/PA, 2012

CRUZ, Gustavo da; GUZMÁN, Sócrates J. M.; CASTRO, Luciana L. C.. **Uma abordagem teórica da aplicação do *Balanced Scorecard* como ferramenta de gestão a destinos Turísticos de Base Comunitária**. Revista de Cultura e Turismo - CULTUR, ano 05 - nº 01/Especial. Universidade Estadual de Santa Catarina, 2011.

MEDEIROS, Viviane C. F. de A. da. **Turismo e Economia Solidária: uma análise nas cooperativas e associações de artesanato do Roteiro Seridó norte-rio-grandense**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ciências Sociais Aplicadas Programa de Pós-Graduação em Turismo. NATAL/RN, 2011

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

ROQUE; Andreia. **Os desafios do Turismo Rural comunitário no Brasil**. Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural, 2015.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas: Papyrus, 2000.

SALES, Gabriela A. F. de; SALLES, Maria do R. R. **Hospitalidade em rede: turismo comunitário e economia solidária no Ceará.** Cadernos Ceru v. 21, n. 2, 06, 2010.

SILVA, Andréia V. da. **Economia Solidária: Uma estratégia política de desenvolvimento.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SILVA, João. P.; JESUS, Paulo de; FONSECA, Jadson M. da F.; **Turismo, economia solidária e inclusão social em Porto de Galinhas, PE.** Caderno Virtual de Turismo, v. 11, n. 3, p.325-340. Rio de Janeiro, 2011.

SINGER, Paul. **A outra economia.** In: CATTANI, David (Org). Economia Solidária. Porto Alegre: Editora Veraz Ltda., 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.